

## ■ ARTIGOS

# ■ Reflexões acerca do pensamento marxista e weberiano: O Estado, as políticas públicas e a educação

 Hilton Sales Batista \*

**Resumo:** O artigo expressa breves ideias acerca do pensamento marxista e weberiano e a relação destes com as concepções de Estado as políticas públicas e a educação. A abordagem se ampara em dois autores clássicos que fizeram análises sobre o período que vivenciaram e as importantes contribuições que deixaram sobre o pensamento político e social, ofertando certa influência na condução das políticas públicas atualmente empregadas. Faz-se importante a abordagem de alguns conceitos a fim de elucidar e explorar os legados de Marx – o conceito de emancipação reelaborado na época contemporânea e sua influência nas políticas públicas e na educação – e de Weber – visão racional legal e a influência deste na condução das *policies*<sup>1</sup> desenvolvidas na administração pública.

**Palavras-chave:** Estado. Educação. Políticas Públicas.

---

\* Hilton Sales Batista é licenciado em História, especialista em Culturas Negras no Atlântico/História da África e dos Afro brasileiros e mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), e Técnico em Assuntos Educacionais do Ministério da Educação (MEC). Contato: [hiltonsaleshis@gmail.com](mailto:hiltonsaleshis@gmail.com).

## Introdução

O texto tem como objetivo discutir as influências de Karl Marx e de Max Weber em relação aos conceitos de Estado, políticas públicas e educação. Na primeira parte do texto abordaremos o legado marxista e a análise dos conceitos mencionados amparados em outros autores contemporâneos. O primeiro clássico que apresentou uma crítica ao sistema capitalista (*O Capital*, de Marx) deixou intenso legado com seu método histórico-dialético (baseado na crítica a sociedade burguesa industrial, do século XIX, e no capitalismo industrial, propondo uma análise histórica e a luta de classes para a transformação da realidade social e política da classe trabalhadora – proletariados e a superação do capitalismo para o avanço ao comunismo) gerando forte influência nos principais movimentos sociais e políticos de fins do século XIX e XX, além da herança reelaborada pelos seguidores do pensamento marxista nas Ciências Sociais apresentados nas primeiras partes deste texto. Na segunda parte, abordaremos o pensamento de Weber: Estado, políticas públicas e educação, o pensador alemão da segunda metade do século XIX causou e continua causando forte impacto no pensamento das Ciências Sociais, sendo considerado como um dos pais da Sociologia, avançando no campo da Economia e da Administração; os modelos weberianos propostos apontam para o caminho de uma administração moderna no atual sistema capitalista, visando atingir resultados efetivos na condução das políticas públicas.

Ao tratarmos marxismo e o Estado, segundo os ensinamentos do pensador Norberto Bobbio, no seu célebre Dicionário de Política, que aborda as diversas obras da lavra de Marx, a fim de explicar como seria o Estado proposto no pensamento marxiano, amparada no momento histórico do século XIX, sem escapar às análises de épocas passadas com a crítica ao modelo especulativo hegeliano, permitindo o protagonismo da sociedade civil a fim de combater as contradições das classes sociais existentes na Europa na época mencionada, com vistas na busca da superação do sistema capitalista por meio da transição da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado.

Em seguida o conceito de política pública e alguns tipos de políticas públicas adotadas na contemporaneidade e o papel do Estado, com a finalidade de aprofundarmos o conceito de políticas públicas na perspectiva marxista, a qual o Estado é visto como um “comitê executor” dos interesses da burguesia.

Na parte relativa ao marxismo e educação, expressada a seguir, tem-se o conceito de emancipação na lógica marxista amparada na tradição filosófica, que se reflete sobre a necessidade de moldar um ser humano esclarecido ou consciente de seu papel social visando à

construção de uma sociedade emancipada nos apoiamos no pensamento de Paulo Freire.

Na segunda parte deste texto o pensamento Weber e o Estado, trataremos da discussão do poder racional-legal com base nas características que devem pautar a burocracia como de caráter impessoal, hierarquia dos cargos e, finalmente, competência, ou seja, posse, por parte dos funcionários, de um saber especializado. A análise do pensamento weberiano e as políticas públicas expressas a seguir destacam o papel que as burocracias têm na condução das ações e omissões deste ator na implementação das políticas públicas.

Compreendemos Estado como instituição moldada no Brasil a partir da tradição lusitana amparada no modelo jurídico europeu com elementos presentes do patrimonialismo na contemporaneidade. As políticas públicas adotadas em nosso país têm um viés compensatório sem alterar e ou transformar efetivamente a sociedade brasileira, mantendo o estado de coisas e os interesses de uma elite comprometida com os interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. A educação carece do desafio de buscar a qualidade em seus vários níveis de ensino, constituindo ainda em um desejo por parte daqueles que almejam uma sociedade emancipada (esclarecida politicamente) visando uma transformação do modelo capitalista para fins de uma sociedade mais justa e igualitária.

Finalizando, abordaremos a discussão do pensamento weberiano e a educação e a compreensão da dinâmica nas questões micro e macro do fenômeno educativo, nomeadamente, as suas relações/conexões com outras esferas do social (instituições e grupos, por exemplo). A educação, como qualquer relação social, modo de preparação dos homens para a vida social, é para Weber (tal como para Karl Marx), um mecanismo que contribui para a manutenção de uma situação de dominação de um grupo em relação a outro (na perspectiva weberiana, seja a dominação racional, carismática ou tradicional).

## O marxismo e o Estado

Para Norberto Bobbio *et al.* (1998), o marxismo é um conjunto das ideias, conceitos, teses, teorias, propostas de metodologia científica e estratégia política e, em geral, a concepção de mundo, da vida social e política, que pode ser considerado como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica “doutrina”, deduzido das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels. Têm-se diversas formas de marxismo: quer da base das interpretações dos dois pensadores do que se aceita do marxismo e do que rejeita, por exemplo, o marxismo da Segunda<sup>2</sup> e Terceira Internacional<sup>3</sup>, o marxismo revisionista e ortodoxo, vulgar, duro, dogmático etc. (BOBBIO *et al.*, 1998).

Como é sabido, Marx não escreveu nenhuma obra de teoria do Estado em sentido estrito, em meio a sua influência no movimento operário europeu, embora sua primeira obra de pulso - que, aliás, ficou incompleta e inédita por quase um século (escrita em 1843, foi publicada pela primeira vez em 1927) - fosse um comentário e uma crítica, detalhada de uma boa parte da seção sobre o Estado da Filosofia do direito de Hegel, conhecida como *Crítica da filosofia do direito público* de Hegel, e os *Manuscritos econômicos-filosóficos*, de 1844, e em 1859 no Prefácio para a crítica da economia política, o célebre autor menciona: "(...) tanto as relações jurídicas quanto as formas do Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas antes tem suas raízes nas relações materiais da existência" (BOBBIO et al., 1998, p. 738). Segundo Bobbio et al. (1998), para reconstruir o pensamento de Marx, é preciso recorrer às ideias esparsas nas obras mencionadas e na fragmentaridade que esses pensamentos estão expostos de forma ocasional e polêmica, pois toda a reconstrução rigorosa da teoria marxiana do Estado corre o risco de ser deformante ou unilateral.

Marx propõe uma teoria do Estado estritamente ligada à teoria geral da sociedade e da história, conforme dedução do estudo da economia política. Tal caminho lhe permite fazer uma crítica do Estado burguês do seu tempo nas diversas formas em que se apresenta, ofertando uma interpretação e formulação de algumas propostas relativas ao Estado que deverá seguir ao Estado burguês. Permite-lhe, enfim, deduzir o fim ou a extinção do Estado capitalista alicerçado na exploração burguesa que oprime o proletariado.

A crítica da filosofia política hegeliana, a qual Marx acompanha o surgimento e a formação do Estado moderno, de Thomas Hobbes em diante, proclamando o Estado ou como a forma racional da existência social do homem, que garante a ordem e a paz social, o único interesse que todos os indivíduos viventes em sociedade têm em comum pelo pensamento hobbesiano; ou como árbitro imparcial acima das partes, que impede a degeneração da sociedade natural, dirigida pelas leis da natureza e da razão, em um estado de conflitos permanentes e insolúveis, segundo o legado lockeano; ou como expressão da vontade geral, através da qual cada um, renunciando a liberdade natural em favor de todas as outras, adquire a liberdade natural em favor de todas as outras - adquire a liberdade civil ou moral e se torna mais livre do que antes no pensamento rousseauiano; ou como meio através do qual é possível realizar empiricamente o princípio jurídico ideal da coexistência das liberdades externas, onde a passagem do Estado natural para o Estado social não é um cálculo utilitário, bem como uma obrigação moral por parte dos indivíduos, segundo o legado Kantiano (BOBBIO et al., 1998).

Enquanto Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Hegel acreditavam no aperfeiçoamento do Estado, a filosofia da história de Marx - na obra *O Capital* - propugnava o fim do Estado, definindo-o como "(...) violência concentrada e organizada da sociedade" (MARX, p. 814 apud BOBBIO et al., 1998, p.740). Já nos Manuscritos econômico-filosóficos, de 1844, tem-se que o Estado não é o momento subordinante, mas o subordinado em seu conjunto, afirmando que "(...) a religião, a família, o Estado, o direito, a moral, a ciência, a arte, etc. são apenas modos particulares da produção e caem sob sua lei universal" (MARX apud BOBBIO et al., 1998, p.740).

Na Sagrada Família, publicado em 1845, a inversão na ideia tradicional, personificada neste contexto por Bruno Bauer, segundo o qual "(...) o ser universal do Estado deve manter unidos cada um dos átomos egoístas", não poderia ser expresso com maior clareza:

Somente a superstição política imagina ainda hoje que a vida civil precise ser mantida pelo Estado, quanto, pelo contrário, é o Estado que na realidade é mantido unido pela vida civil (MARX apud BOBBIO et al., 1998, p. 740).

A crítica que Marx faz ao estado burguês como domínio de classe está fundamentada no condicionamento da superestrutura política por parte da estrutura econômica, isto é, a dependência do Estado da sociedade civil, se manifesta nisto: que a sociedade civil é o lugar onde se formam as classes sociais e se revelam seus antagonismos, e o Estado é o aparelho ou conjunto de aparelhos dos quais o determinante é o aparelho repressivo (o uso da força monopolizada), cuja função principal é, pelo menos em geral e feitas algumas exceções, de impedir que o antagonismo degenera em uma luta perpétua (o que seria uma volta ao estado da natureza), não tanto mediando os interesses das classes opostas, mas reforçando e contribuindo para manter o domínio da classe dominante sobre a classe dominada. No manifesto do Partido Comunista, o "poder político" é definido com uma fórmula que já se tornou clássica: "o poder organizado de uma classe para oprimir uma outra" (MARX apud BOBBIO et al., 1998, p. 741).

Marx não desconheceu as formas de poder político existentes em outros tipos de sociedades diferentes da sociedade burguesa, mas concentrou sua atenção e a grande maioria de suas reflexões sobre o Estado burguês. Ao falar do Estado como "domínio" ou "despotismo" de classe, ou como "ditadura" de uma classe a outra, o objetivo histórico é quase sempre o Estado burguês. Em A ideologia alemã, o Estado "(...) nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão por necessidade, tanto interna como externamente, a fim de garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses" ou "O Estado é a forma em que os

indivíduos de uma classe dominante faz prevalecer seus interesses comuns em que se resume toda a sociedade civil de uma época” (MARX *apud* BOBBIO *et al.*, 1998, p. 741). O fato de que em certos períodos de crise, em que o conflito de classe se torna mais agudo, as classes dominantes fazem prevalecer seus interesses próprios de poder político direto através do Parlamento (que nada mais é do que um “comitê de negócios” da burguesia). Tem-se, então, a burocracia como “corpo parasitário, que envolve, como um invólucro, o corpo da sociedade francesa obstruindo todos os seus poros” (MARX; ENGELS *apud* BOBBIO *et al.*, 1998, p. 743).

Marx defende que a tese do Estado de transição ocorre quando o poder dominante passa da burguesia para o proletariado; a unidade da nação tinha que se tornar uma realidade “através da destruição daquele poder estatal que pretendia ser a encarnação desta unidade independente, até, superior à própria nação, enquanto era apenas uma excrescência parasitária” (MARX; ENGELS, *apud* BOBBIO *et al.*, 1998, p. 743), ora fala da Comuna como de uma nova forma de Estado que “quebra” o moderno poder estatal e que substitui o velho governo centralizado pelo “autogoverno dos produtores”. A passagem da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado não pode acontecer simplesmente através da conquista do poder estatal. Portanto, as instituições que apoiam o Estado devem ser substituídas, uma vez que o Estado é uma máquina, mas ninguém pode manobra-la a seu gosto: cada classe dominante tem que construir a máquina estatal de acordo com as suas exigências.

O Estado que vivemos no Brasil tem uma herança na tradição colonial portuguesa com modelos baseados nas estruturas feudais herdadas da Europa; a partir da libertação colonial e na formação da república moldando o patrimonialismo (marcado por elementos do mandonismo e clientelismo) do Estado brasileiro que formaram as instituições estatais e por sua vez repercutiram na sociedade e na política contemporâneas.

As ideias de Estado propostas por Marx chegam ao Brasil em fins do século XIX e influenciam a luta do movimento operário nas primeiras décadas do século XX e posteriormente as lutas sociais no campo contra o latifúndio e nas cidades contra os industriais por melhores condições de sobrevivência e a participação nas disputas políticas travadas com as elites nacionais atreladas aos interesses externos marcam os dilemas da sociedade brasileira. Não rompemos com as heranças portuguesas moldadas em nosso processo histórico e não alteramos o quadro social a ponto de atingirmos uma sociedade socialista como propugnado como caminho pelo marxismo e os movimentos sociais que marcaram a nossa história.

## O que é política pública?

Em busca de uma resposta ao que foi perguntado no subtítulo, é preciso mencionar que a definição de políticas públicas é imprecisa e admitem vários conceitos, alguns até conflitantes. A fim de elucidar melhor a questão, tem-se a apresentação do conceito de política com base em procedimentos e mecanismos formais e informais que se expressam mediante a atividade do sistema político na busca de soluções pacíficas para conflitos em relação aos bens públicos (RUA; ROMANINI, 2013).

Nos conceitos de políticas públicas apresentados por Maria das Graças Rua em *Para aprender políticas públicas* (2013) descritos abaixo, os dois primeiros citam o caráter público das decisões tomadas pelo Estado, onde o foco é a intervenção na realidade; o terceiro menciona tanto as ações quanto as omissões governamentais, e o quarto aborda o meio utilizado com sanções positivas ou negativas.

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação; é o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade [...]” (GOLBERT, MILLER, 1987).

Tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer (DYE, 2005, p. 1).

Sistema de decisões públicas, que visa ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da sociedade da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 29).

Uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas (LOWI, 1972, p. 299).

As políticas públicas integram quatro elementos, a saber: a) a política como “*politics*”: procedimentos e mecanismos formais e informais que se expressam mediante a atividade do sistema político para buscar soluções pacíficas para conflitos quanto aos bens públicos; b) as políticas públicas “*policies*”: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos; c) a sociedade política “*polity*” ou ordenamento jurídico que rege o sistema político como um todo; d) as instituições, especificamente relacionadas à concepção, decisões e implementação das políticas públicas (RUA; ROMANINI, 2013).

A abordagem de políticas públicas concentrada no Estado é conhecida como estatocêntrica, as quais as decisões são tomadas nas ações revestidas do poder

extroverso e da autoridade soberana do Estado. Atores diversos podem estar envolvidos nas diversas fases da política pública, mas até o seu envolvimento depende de decisões imperativas do Estado. Esta é legitimada por regulamentos de caráter imperativo, documentados na forma de leis, normas formais, decisões judiciais etc., onde o ente governamental é o agente das decisões sobre meios e fins. Portanto, as decisões e ações se desenvolvem no âmbito de uma estrutura legal de procedimentos e de processos institucionais governamentais. Entretanto, as políticas públicas não podem ser reduzidas às políticas estatais, já que outras abordagens podem ser consideradas, a saber: à abordagem policêntrica ou multicêntrica (onde atuam as organizações não governamentais – ONGs) e às *policy networks* (organismos internacionais que seriam protagonistas das políticas públicas junto aos atores estatais) (RUA; ROMANINI, 2013) (HOFLING, 2001).

As políticas públicas apresentam um vasto e diferenciado universo de tipos, não sendo todas do mesmo gênero. Neste sentido, faz-se importante mencioná-las quanto à área de atividade governamental em que operam, cuja classificação pode ser assim expressa: a) políticas sociais: educação, saúde, assistência social etc.; b) políticas econômicas: monetária, cambial, tributária, agrícola, industrial, comércio exterior etc.; c) política de infraestrutura: energia, comunicações, transportes etc.; d) políticas de estado: ciência e tecnologia, direitos humanos, relações exteriores, segurança pública etc..

No âmbito das políticas sociais, a literatura distingue esta em dois âmbitos, a saber: 1) políticas compensatórias – aquelas implementadas ou patrocinadas pelo Estado, com o objetivo de resgatar ou, no mínimo, minimizar distorções sociais profundas; e, 2) políticas emancipatórias – aquelas destinadas ao empoderamento e autonomização dos grupos sociais inicialmente vulneráveis, de tal maneira que ganham independência frente à ação do Estado (RUA; ROMANINI, 2013).

As políticas públicas na esfera social apresentadas no Brasil adquirem um caráter compensatório com a finalidade de corrigir as distorções da nossa sociedade, não alteram as estruturas sociais como propostas pela teoria marxista e tampouco permitem a adoção de um Estado de bem estar social (política social implantada nos Estados Unidos, como resultado da grande depressão de 1929 e na Europa pós-II Guerra Mundial). Dentre os vários conceitos apresentados por (RUA, 2013) a partir de Thomas Dye, e Golbert e Miller, identificamos políticas públicas como o “Estado em ação” e “Tudo que os governos desejam fazer ou deixar de fazer”.

Os graves problemas sociais no âmbito da educação como política social impõe a necessidade da sociedade brasileira envolvida neste cenário em buscar a qualidade da educação nos diversos níveis de ensino. No Brasil

temos questões que sequer foram tratadas com seriedade por parte dos governos pós-Constituição Federal (CF) de 1988 um grave nível de analfabetismo<sup>4</sup> que marcam a nossa sociedade na atualidade. Neste caso o Estado brasileiro deixou de cumprir o que preconizava a constituição em “erradicar o analfabetismo”.

Como sabemos a preocupação com as políticas públicas e os estudos são recentes no Brasil, ao analisarmos os legados marxistas e weberianos pretendemos mostrar elementos destes clássicos que estão presentes no Estado brasileiro e na administração pública, o papel da burocracia na condução das políticas públicas são relevantes neste processo de implementação das políticas. A fim de exemplificar melhor, podemos citar a Lei nº. 10.639/2003, que preconiza o estudo da história da África e da cultura africana e afro-brasileira nos diversos níveis de ensino e nos componentes curriculares História, Artes e Língua Portuguesa, mas passados mais de dez anos ainda em muitas instituições de ensino a referida lei não é aplicada de maneira efetiva, dentre os vários fatores percebemos a falta de efetividade<sup>5</sup> das políticas públicas adotadas nos diversos âmbitos da educação brasileira (federal, estadual, municipal e distrital) e a falta de discussão e implementação da lei no espaço escolar, onde a burocracia (direção do estabelecimento de ensino e professores) não vislumbra a importância da discussão das relações étnico-raciais no espaço escolar.

## Marxismo e políticas públicas

O marxismo explora as relações entre a economia, as classes sociais e o Estado – relações de poder econômico e político. O poder político tem origem no poder econômico, ou seja, no controle dos meios de produção, que expressa o poder de classe. No capitalismo, a classe dominante é a burguesia, que exerce a dominação política. O Estado, em si mesmo, é visto como um “comitê” executivo dos negócios comuns a toda a burguesia, um instrumento a seu serviço; tal posição é predominante no marxismo clássico (RUA; ROMANINI, 2013).

A partir de meados do século XX, aquela posição passou a ser relativizada com o neomarxismo<sup>6</sup>, em meio à resistência do modo de produção capitalista frente a uma crise de mercado, duas revoluções socialistas, duas guerras mundiais e a adoção do Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América (EUA).

A teoria marxista do “instrumentalismo”<sup>7</sup> demonstra a função do Estado capitalista no auxílio ao processo de acumulação de capital, por meio de três fatores, a saber: a) Tem-se uma identidade de origem social entre a burguesia e aqueles que ocupam os cargos mais altos nas instituições estatais em geral; b) A burguesia é atuante

como grupo de pressão, pelos seus contatos pessoais e redes, direcionando seus interesses nas ações do Estado; e c) Os funcionários do Estado sabem perfeitamente da sua dependência de uma base econômica que lhes garante sua permanência como funcionários públicos e, portanto, estão comprometidos com a acumulação de capital. As políticas públicas se apresentariam como diferentes formas de despesa: o investimento social – que aumenta a produtividade do trabalho, mediante a provisão de infraestrutura e auxílio à indústria; o consumo social – que reduz o custo da reprodução da força de trabalho, como na provisão de seguro social; e, os gastos sociais –destinados a minimizar o conflito social mediante a provisão de serviços (como, por exemplo, habitação e saúde a grupos da população trabalhadora) (RUA; ROMANINI, 2013).

Outra explicação é o conceito de autonomia relativa para defender a disjunção entre o poder econômico e o poder político. As classes sociais, inclusive a classe dominante, passaram a ser vistas como fragmentadas em seus interesses imediatos e nem sempre capazes de exercer a hegemonia e dominar o Estado. Este, porém, não sendo representante de uma classe, depende estruturalmente do modo de produção capitalista. As decisões do Estado nas políticas públicas podem não ser regidas pelos interesses imediatos da classe dominante, mas certamente são os interesses objetivos de longo prazo do capitalismo; logo, o Estado, é um Estado capitalista a serviços dos interesses da burguesia, como propugnado nas teorias marxistas.

Em um ambiente de “autonomia relativa”, o Estado, por vezes, funciona como árbitro e, em alguns casos, contraria os interesses da burguesia, ou seja, concedendo parcialmente políticas públicas para atendimento de setores excluídos para atenuar as tensões sociais e permitir, sobretudo os interesses do sistema capitalista. Todavia, os limites da atuação estatal estão vinculados à acumulação do capital, assegurando a sua própria legitimação, bem como a legitimação do sistema capitalista e da propriedade privada.

Na busca deste equilíbrio, o Estado pode favorecer a classe trabalhadora e contrariar os interesses de parte da burguesia (classe dominante), exibindo certa autonomia. Suas contradições se expressam como uma crise fiscal resultante dos imperativos de compatibilizar a acumulação com a legitimação. De qualquer modo os interesses do capital e do capitalismo estarão em voga.

## Marxismo e educação

Karl Marx (1991) abordou a questão da emancipação humana, no texto *A Questão Judaica*, no qual contrapõe a Bruno Bauer, que faz da questão judaica uma crítica a relação do Estado e religião. Nesse sentido, Marx

argumenta contra a concepção de Estado burguês que, embora laico, não conduz à emancipação humana. Sua tese central é de que a transformação do Estado cristão em Estado racional representaria a emancipação política, mas não humana. A emancipação humana é fruto de esforços para obtenção de direitos políticos ou de igualdade, frequentemente por um grupo especificamente privado de seus direitos. Para Marx, o Estado burguês não supera a religião, colocando-a apenas no âmbito privado. O Estado de transição se dará com a ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado, mediante as substituições de determinadas instituições. De fato, o Estado é uma máquina, mas ninguém pode manobrá-la a seu gosto: cada classe dominante que deve construir a máquina estatal de acordo com as suas exigências, como já mencionado, somente um Estado separado da religião existe emancipação política. Por outro lado, o Estado emancipado politicamente, isto é, desvinculado da religião, pode admitir privativamente cultos e práticas religiosas.

Para tratar deste assunto abordaremos a categoria de educação emancipatória na lógica marxista amparada na tradição filosófica, que se reflete sobre a necessidade de construir um ser humano esclarecido para uma sociedade emancipada, onde é referenciada também por Paulo Freire (2005), que, voltando-se especificamente para a educação latino-americana, constrói uma teoria pedagógica fundamentada nos valores humanistas, na perspectiva da transformação social. A partir do reconhecimento da condição do ser humano como responsável pela sua própria construção histórica, Freire (2005) estabelece que os indivíduos mais desfavorecidos, os oprimidos, coletivamente organizados, podem, através do desvelamento crítico da realidade, transformar suas existências concretas, libertando-se da opressão.

Essa nova forma de entender a relação do sujeito com a realidade, enquanto sujeito crítico que não se submete a cultura dominante, servirá de fermento para uma nova concepção de educação popular libertadora, que irá reconhecer no indivíduo oprimido pela organização social heterônoma, o agente transformador dessa mesma sociedade, a partir da compreensão crítica da opressão que está submetido, recriando sua maneira de pensar (ler) o mundo (AMBROSINI, 2012).

A *Pedagogia do Oprimido*, proposta pelo educador brasileiro Paulo Freire (2005) leva teoricamente a busca de toda a humanidade para a sua construção emancipatória, por meio de uma teoria propositiva, abordando conceitos e traçando estratégias e métodos para a superação da contradição que existe na sociedade entre opressores e oprimidos. Com Paulo Freire, a emancipação deixa de ser somente uma proposta filosófica, social ou crítica, mas passa a ser fundamentalmente uma tarefa educacional, direcionada especificamente para a práxis pedagógica.

Dentro desta proposta de Paulo Freire, emancipação ganha o significado de humanização, onde se opõe e luta contra a desumanização. As duas, "(...) dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão" (FREIRE, 2010, p. 58). A desumanização é fato histórico, a humanização é vocação humana. O homem é projetado para ser mais e se a ordem existente não possibilita isso, ela não está de acordo com a natureza humana, sendo, portanto injusta.

O caminho da emancipação humana por meio do resgate de sua verdadeira humanização é tarefa histórica do ser humano e está situada num contexto social e objetivo concreto, envolvendo pessoas e comunidades reais. Assim sendo, a pedagogia do oprimido surge como

(...) aquela que tem de ser forjada com ele (oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2005, p. 34).

A pedagogia de Freire é uma teoria humana no trato das relações entre as pessoas e seus aspectos de opressão e dominação é também social, pois reconhece que a opressão está forjada nas estruturas da sociedade, em suas leis e instituições. Possui a preocupação de ser luta, por meio da conscientização e da aplicação do conhecimento para libertação das pessoas. E, finalmente, a pedagogia do oprimido, não poderia deixar de ser uma crítica da educação tradicional, ao mesmo tempo, uma proposta de construção de outra forma de entender e praticar o conhecimento, a aprendizagem e a escola.

Freire (2005) defende que o educando seja protagonista do processo do conhecimento, ao criticar a educação bancária e defender a tese da construção autônoma do educando para superar as formas de assujeitamento do bancarismo e construir seu próprio caminho epistemológico.

Percebemos na educação brasileira práticas dos educadores como reprodutoras do sistema capitalista, por vezes utilizadas inconscientemente, fruto do processo de formação e construção da educação em nossa sociedade para a manutenção do estado de coisas, portanto sem a alteração e a transformação social emancipada conseguida através do conhecimento na perspectiva libertadora para as transformações sociais visando à adoção de uma sociedade mais humanista e menos desigual.

## Weber e o Estado

Uma sociedade estruturada no automatismo do mercado corresponde a certo tipo de poder, que Weber (1991) define como racional-legal, um modo de transmissão dos comandos concretos. Poder é a possibilidade

de contar com a obediência a ordens específicas por parte de um determinado grupo de pessoas. Todo poder necessita do aparelho administrativo para a execução das suas determinações. O que legitima o poder não é tanto, ou não só, uma motivação afetiva ou racional relativa ao valor: a esta se junta à crença na sua legitimidade.

O poder do Estado de direito é racional, como escreve Weber (1991, p. 144), "(...) se apoia na crença da legalidade dos ordenamentos estatuídos e do direito daqueles que foram chamados a exercer o poder". Assim, a fé na legitimidade se resolve em fé na legalidade, e a legitimação da administração que transmite o comando político é uma legitimação legal. Weber distingue algumas das características principais do poder racional-legal: caráter impessoal, hierarquia dos cargos e, finalmente, competência, ou seja, posse por parte dos funcionários de um saber especializado. Parece assim evidente que a crença na legitimidade, que se resolvera em crença na legalidade, revela-se no saber especializado do aparelho administrativo. Weber não podia prever as transformações do aparelho administrativo nem a nova racionalidade, não mais de tipo legal-racional, que uma sociedade civil tornada mais complexa se impôs (BOBBIO *et al.*, 1998).

Segundo Weber (1991) há três tipos de dominação: racional, tradicional e carismática, descreveremos adiante quando tratarmos do pensamento weberiano e educação. Dominação, de acordo com o autor é:

(...) a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. (...) a legitimidade de uma dominação deve naturalmente ser considerada apenas uma probabilidade de, em grau relevante, ser reconhecida e praticamente tratada como tal (WEBER, 1991, p. 139).

Para o pensamento weberiano o Estado é o monopólio legítimo da força; a nação, a aspiração a ter um Estado próprio, ou simplesmente: é a forma atual de associação política e nada mais que isso. Ele observa que há uma tendência atual o qual considera impossível de deter a concentração de poder nas mãos de poucos e a separação do poder daqueles que trabalham. Para Weber, como os burocratas, semelhante à tendência para a separação dos meios científicos daqueles que investigam; isto era paralelo ao que Marx notara quanto à separação dos operários dos meios de produção.

Para Weber (2003), a violência é o instrumento decisivo da política. Na obra *Dois Vocações: a ciência e a política*, de 2002, este autor menciona:

Que pode proporcionar essa revolução? A essa pergunta, todo socialista que raciocine cientificamente, ajustando-se aos princípios de sua doutrina, pode oferecer apenas uma resposta: momento, não se pode falar de passagem para uma economia

que se poderia denominar socialista, no sentido próprio do termo; uma economia do gênero burguês ressurgiria tão somente despida de vestígios de feudalismo e de elementos dinásticos. Portanto, para alcançar esse modesto resultado é que se aceitariam “mais alguns anos de guerra” (WEBER, 2002, p.115-116).

## Weber e as políticas públicas

Como foi mencionado, segundo a teoria weberiana o Estado capitalista moderno é o ponto de referência central, a partir do qual as políticas públicas são elaboradas e devem ser analisadas; isto ocorre porque o Estado atende aos diversos interesses que impulsionam e que dão origem às políticas públicas e também, porque o Estado é uma estrutura multi-organizacional que reúne alguns dos mais importantes atores que atuam na elaboração das *polícies*, além de proporcionar o poder extroverso, ou seja, próprio do Estado, que define as políticas como públicas.

Quando a ação social de uma formação de dominação se baseia numa relação associativa racional, encontra seu tipo específico na “burocracia”. A ação social, numa situação vinculada a relações de autoridade tradicionais, está tipicamente representada pelo “patriarcalismo”. A formação de dominação “carismática” apoia-se na autoridade não racionalmente nem tradicionalmente fundamentada de personalidades concretas. Começaremos aqui pelo tipo mais racional e que melhor conhecemos, representado pela moderna administração “burocrática” (WEBER, 1991, p. 139-140).

O pensamento weberiano menciona o poder da burocracia pública como de grande importância, pois os burocratas são responsáveis pela elaboração das *polícies* e a implementação das políticas públicas, mencionou o conceito de tipo-ideal (conceito teórico, uma abstração, portanto não existe como realidade concreta, o tipo ideal representa de forma pura as características definidoras de um objeto, o qual só existe na mente do estudioso) da burocracia como: uma organização contínua, com uma ou mais funções específicas, cuja função é regida por normas objetivas; o registro documental de todos os atos, regras e decisões inerentes à organização garante a consistência e a continuidade das regras; as quais seus funcionários devem ter as seguintes características:

- profissionais que atuam conforme regras hierárquicas de divisão de trabalho, sujeitos à hierarquia e aos direitos e deveres de cada nível;
- os funcionários não são eleitos, mas indicados com base em critérios impessoais e possuidores de conhecimentos específicos, onde são promovidos por mérito profissional;
- são remunerados por salários fixos de acordo

com as atribuições e responsabilidades hierarquizadas, previamente definidas;

- seu emprego é permanente, sendo-lhes garantida certa estabilidade e o pagamento de pensões após aposentadoria;
- os funcionários são separados da propriedade dos meios de administração e produção;
- são homens livres, estando sujeitos à autoridade somente no que diz respeito a suas obrigações oficiais, enquanto funcionários de uma organização;
- no cumprimento dessas obrigações oficiais, regem-se por uma ética de obediência e neutralidade política (RUA; ROMANINI, 2013).

A análise do papel da burocracia no Estado capitalista contemporâneo pode ter como ponto de partida a concepção weberiana, a fim de contemplar os “desvios” impostos pela realidade. O marxismo, na versão instrumentalista, define as burocracias públicas como parte do Estado enquanto “comitê executivo” da burguesia; já o neomarxismo identifica essas burocracias como componentes do aparelho do Estado, o qual, em certos momentos, pode exibir certa autonomia em relação a uma classe ou a uma fração de classe, mas não é autônomo frente ao capitalismo (RUA; ROMANINI, 2013).

Peter Evans (1995), citado por Maria das Graças Rua (2013), ao elaborar o conceito de “autonomia imersa” ou “autonomia inserida”<sup>8</sup>, conforme a concepção weberiana, o funcionamento da burocracia deve ser autônomo. Mas também levou em consideração diversos estudos que mostraram a importância de “projetos conjuntos” entre Estado e os atores sociais, na busca de objetivos de desenvolvimento. Na sua concepção, para produzirem políticas de desenvolvimento, as burocracias públicas têm de ser autônomas, entretanto, não podem ser alheias à sociedade. Elas devem ser “imersas” ou “inseridas” na sociedade, contudo, não podem ser capturadas por interesses privatistas. A questão torna-se, então que tipo de inserção que não signifique a captura da burocracia por interesses privados poderá ocorrer; ou seja, como combinar o “(...) insulamento burocrático weberiano com uma intensa ligação com a estrutura social circundante (...)” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 47-50).

Prevista por Weber, a possibilidade de a burocracia cumprir minuciosamente as regras podem acabar inviabilizando o atendimento às necessidades da sociedade; pois como sabemos na condução das políticas públicas, por vezes, há vários interesses envolvidos; um exemplo encontra-se nas chamadas “operações-tartaruga” ou “operações padrão”, realizadas no Brasil por policiais, agentes alfandegários em aeroportos etc.; para mostrar como as regras são irracionais e quais as consequências, para o público, da sua rigorosa aplicação. Outros

exemplos, como decidir se o melhor para o bem-estar das crianças em uma família de pais dependentes de drogas ilícitas é manter as crianças com os pais ou afastá-las e colocá-las sob a assistência da assistência pública? Ou ainda, como decidir se uma família que não cumpre as condicionalidades do Bolsa-Família deve ser desligada do Programa? (RUA; ROMANINI, 2013).

A saída para este impasse está na discricionariedade da administração pública, que pode ser explicada na teoria das organizações, onde enxerga a burocracia como um fenômeno onipresente e inerente ao controle administrativo. As organizações são dinâmicas, estão em constante mudança, sujeitas as interferências externas e internas, o cumprimento e o descumprimento de normas; as antigas e as novas regras; a criação de regras e o controle hierárquico; a ambiguidade das normas e autonomia da burocracia. Também é possível examinar a discricionariedade nos diferentes níveis das burocracias – por exemplo: a burocracia central, localizadas nos centros de decisão, e as que operam na esfera local (RUA; ROMANINI, 2013).

Weber (1991) acreditava na impessoalidade, onde a burocracia resolveria os problemas do Estado, preocupado com a noção de cultura. O Estado contemporâneo trouxe as teorias gerencialistas à administração pública, para este autor o poder é amorfo, tem uma determinação a-histórica; por isso considerava a burocracia como um tipo ideal.

## Weber e educação

O legado weberiano na educação está relacionado aos pressupostos do modelo racional-legal um exemplo disto é toda a legislação e o conjunto de normas ou regulamentos no espaço escolar, conteúdos programáticos, portarias, orientações, diretrizes e leis que regem a área educacional.

Castro (1994, p. 59), em *Relações de poder na escola pública de ensino fundamental: uma radiografia a luz de Weber e Bourdieu*, menciona o aparato legal, chamado pela autora de cartorialista:

A análise da burocracia é um ponto central da obra de Weber e configura seu aspecto cartorialista. Para ele, a burocracia moderna tem como características: ordenação de acordo com regulamentos, leis ou normas administrativas, com distribuição estável e delimitada da autoridade; sistema ordenado de mando e subordinação, com supervisão dos postos inferiores pelos superiores, havendo princípio de autoridade hierárquica de cargo; administração baseada em documentos escritos, preservados em sua forma original ou em esboço, havendo um quadro de funcionários e todos os tipos de separação entre atividade oficial e vida privada; treinamento especializado para o exercício do cargo de administração; exigência de plena capacidade de trabalho do funcionário para atividade oficial e de

tempo limitado de permanência na instituição; desempenho do cargo, segundo regras mais ou menos estáveis, exaustivas e que podem ser aprendidas.

O pensamento weberiano apresenta nuances de comentários sobre a educação na obra *Duas Vocações: a ciência e a política*, de 2002, o qual confere uma análise da universidade alemã de fins do século XIX em comparação a universidade norte-americana do mesmo período. Ele critica o modelo alemão de educação voltado para ações pouco práticas da realidade existente; diferentemente dos Estados Unidos; onde esteve por três meses e ao analisar o modelo universitário estadunidense identificou a forte influência protestante.

Para Weber (2002, p. 50), a autoridade do professor alemão não é questionada no EUA o professor universitário está para um vendedor de conhecimentos:

O jovem norte-americano faz de seu professor uma ideia simples: é aquele que lhe vende conhecimentos e métodos em troca de dinheiro pago pelo pai, exatamente como o quitandeiro vende repolhos à mãe. Nada mais que isso. Caso o professor seja, por exemplo, campeão de futebol, ninguém hesitará em conferir-lhe posição de líder nesse setor. No entanto, caso não seja um campeão de futebol – ou tenha destaque em outro esporte –, não passa de um professor e nada mais. Jamais ocorreria a um jovem americano que seu professor pudesse vender-lhe “concepções de mundo” ou regras válidas para a conduta da vida. Ressalta evidente que nós, alemães, rejeitamos uma concepção formulada nesses termos. Contudo, convém perguntar se nessa maneira de ver, que exagerei um pouco, não se contém uma parcela de acerto.

Weber acreditava de acordo com o texto neste tipo de educação prática, o modelo alemão estava ultrapassado para o momento histórico; pois a filosofia de forte influência católica não resolveria ações relacionadas ao cotidiano alemão na vida política e social.

Segundo LOPES (2012), em *Educação, Sociologia da Educação e Teorias Sociológicas Clássicas: Marx, Durkheim e Weber*, o pensamento weberiano determina como característica mais evidente da sociedade capitalista a racionalização burocrática, o modelo weberiano de educação está calcado em uma realidade própria do sistema capitalista, apontado nas análises do pensamento weberiano como tipo-ideal. Desta forma os títulos e graus acadêmicos estão ligados a conferir àqueles que conseguem a posição social em uma sociedade de consumo.

Os exames nas universidades são exemplo dessa dominação “obediência”. Mas vai mais longe: segundo Weber, a ambivalência dos exames traduz-se, por um lado, na seleção de indivíduos de classes sociais privilegiadas que vêm a ocupar posições privilegiadas na sociedade: por outro, esse sistema pode resultar na

constituição (e reprodução) de uma 'casta' privilegiada. O diploma, símbolo de prestígio social, ao mesmo tempo em que certificar a especialização dos indivíduos "peritos", abre portas à obtenção de vantagens (econômicas e sociais, por exemplo) pelo ingresso nas instituições públicas e privadas e pela ocupação de cargos nessas estruturas (burocráticas). A seleção social é um elemento permanente na sociedade e a educação contribui para essa seleção social, favorecendo o êxito individual. O diploma é um critério de seleção social. A educação é, portanto, fator de estratificação social. A escola é palco de relações de poder, logo de dominação (combina a dominação tradicional com a burocrática). No centro da proposta weberiana está a identificação de três tipos de educação: a carismática; a humanista ("de cultivo"); e a racional-burocrática (especializada) (LOPES, 2012).

Historicamente, os dois polos opostos no campo das finalidades educacionais são: despertar o carisma, isto é, qualidades heroicas ou dons mágicos; e transmitir o conhecimento especializado. O primeiro tipo corresponde à estrutura carismática do domínio; o segundo corresponde à estrutura (moderna) de domínio, racional e burocrático. Os dois tipos não se opõem, sem ter conexões ou transições entre si. O herói guerreiro ou o mágico também necessita de treino especial, e o funcionário especializado em geral não é preparado exclusivamente para o conhecimento. São, porém polos opostos dos tipos de educação e formam contrastes mais radicais. Entre eles estão àqueles tipos que pretendem preparar o aluno para a conduta da vida, seja de caráter mundano ou religioso (WEBER, 1971, p. 482).

Os três tipos de dominação correspondem aos três tipos de educação, sendo que cada um deles é mais ou menos valorizado pelas instituições burocráticas políticas-econômicas-sociais em determinada época: a dominação carismática corresponde à educação de carisma, sendo identificada com a antiguidade; a dominação tradicional prende-se com a educação humanista do "homem culto", sendo característica do patriarcalismo; a dominação racional relaciona-se com uma educação racional-burocrática "do especialista" e encontra-se subjacente ao capitalismo. As instâncias dominantes em cada período histórico participam na definição das finalidades da educação.

A atualidade do pensamento weberiano é evidente, está presente no crescente processo de burocratização das sociedades (e das instituições, dos processos e dos sistemas educativos), está presente na necessidade de especialização (nomeadamente tecnológica, tendo no horizonte a sociedade 'da informação' ou 'do conhecimento'), está presente na diversificação das formas de educação (traduzida em currículos e políticas educativas renovadas a grande rotação).

## Considerações finais

Karl Marx, ao discutir o Estado em seus escritos, elaborou o materialismo histórico dialético ao criticar as estruturas do sistema capitalista propôs uma alternativa para o modelo a ser conquistado por meio da luta de classes, onde o proletariado ao conquistar o poder, instaura uma nova sociedade sem a exploração do homem pelo homem até chegar ao comunismo e a ausência de classes sociais e as contradições próprias do capitalismo.

Max Weber ao reelaborar seus estudos acerca do Estado não faz uma crítica ao modelo capitalista ao ponto de propor uma mudança no próprio sistema, ele não aponta as contradições do capital com o intuito de sugerir uma mudança no modelo que vigorava em sua época, diferentemente de Marx; Weber reafirma o sistema e apontará modelos explicativos para o capitalismo ao estudar a economia e a sociedade, mediante comparações das estruturas políticas de diversas sociedades. Para Weber o que caracteriza o Estado moderno capitalista são os seus meios, peculiares/próprios a toda associação política: o uso da força física. O instrumento decisivo da política é a violência, enquanto princípio legítimo de ordenamento social. Por sua vez, a política corresponde ao conjunto de esforços para a melhor divisão do poder entre o Estado e os grupos, o que ocorre em meio a processos de dominação.

As políticas públicas são analisadas na concepção marxista amparadas nos contextos econômico, social e político; onde o último se concentra nas mãos da burguesia, que exerce o controle do poder econômico, pois controla os meios de produção. O Estado é visto como um "comitê executivo" dos negócios da classe burguesa. Marx e Engels criticam fortemente a burocracia definindo-a como "corpo parasitário" na obra *O 18 brumário*.

Para Weber (1991), o Estado é dotado de uma ordem administrativa e jurídica e tem autoridade do uso da força sobre todas as pessoas (respaldado pela lei). Trata-se de uma relação entre os homens aonde há dominação entre iguais. Para compreender como isso ocorre na sociedade moderna, o autor recorre à categoria metodológica do "tipo ideal". O modelo mencionado ampara as políticas públicas. O pensamento weberiano menciona o poder da burocracia pública como de grande importância, pois são responsáveis pela elaboração e a implementação das políticas públicas, amparado no conceito de tipo-ideal. Esta burocracia estaria presa às normas que controlam o aparelho estatal; porém a irracionalidade das regras e os diversos interesses envolvidos das diversas burocracias conduzem as políticas públicas e a discricionariedade da administração pública.

A educação na visão de Marx e reelaborada no conceito de emancipação humana ou educação emancipatória

busca construir um ser humano esclarecido para uma sociedade emancipada. O brasileiro Paulo Freire foi além ao mencionar a emancipação humana ao apontar uma teoria propositiva, abordando conceitos e traçando estratégias e métodos para a superação das contradições existentes na sociedade entre opressores e oprimidos.

O capitalismo é, para Weber, a forma mais elevada de racionalização. Numa sociedade capitalista-racional-burocrática, os indivíduos distinguem-se pelas suas qualificações, havendo necessidade de “funcionários especializados”, “profissionalmente mais informados”: a educação é o elemento que contribui para a seleção social, é um dos recursos possíveis para se manter – ou melhorar – o status (enquanto mais reduzido for o grupo, maior o prestígio social dos seus membros), portanto a emancipação para a transformação da sociedade capitalista não é o objetivo da visão weberiana no campo educacional.

Em suma, não se tem essencialmente apenas uma visão preponderante nas estruturas que moldam as políticas públicas no estado capitalista brasileiro, mas uma compreensão mais elaborada acerca dos legados de Karl Marx e Max Weber permite uma visão crítica da realidade dos aparelhos estatais existentes na sociedade contemporânea e nas políticas sociais voltadas a educação.

Este trabalho teve como objetivo expor as diferenças de pensamento utilizando argumentos embasados em breves análises das teorias clássicas marxistas e do pensamento weberiano e o que ambos pensavam sobre Estado, políticas públicas e educação, reelaborados por outros pensadores, portanto não se esgota; visto que o tema discutido sob o olhar dos clássicos do pensamento contemporâneo influencia as esferas estatais na condução das políticas públicas e na educação. ■

## Notas

<sup>1</sup> *Polícies* entendido neste contexto como políticas públicas.

<sup>2</sup> A Segunda Internacional (1889-1916) ou Internacional Socialista, ou ainda, Internacional Operária, foi uma organização dos partidos socialistas e trabalhistas criada principalmente por iniciativa de Friedrich Engels, por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889. Do congresso participaram delegações de vinte países. Embora sem a participação do ainda poderoso movimento anarco-sindicalista e dos sindicatos, a Segunda Internacional representou a continuidade do trabalho da extinta Primeira Internacional, dissolvida nos anos 1870, e existiu até 1916 (HOBBSAWN, 1983).

<sup>3</sup> *Comintern* ou *Komintern* (do alemão *Kommunistische Internationale*) é o termo com que se designa a Terceira Internacional ou Internacional Comunista (1919-1943), isto é, a organização internacional fundada por Vladimir Lenin e pelo PCUS (bolchevique), em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países. Tinha como propósito, conforme seus primeiros estatutos, lutar pela superação do capitalismo, o estabelecimento da ditadura do proletariado e da República Internacional dos Soviéticos, a completa abolição das classes e a realização do socialismo, como uma transição para a sociedade comunista, com a completa abolição do Estado, utilizando-se de todos os meios disponíveis, inclusive armados, para derrubar a burguesia internacional (HOBBSAWN, 1983).

<sup>4</sup> Analfabetismo: demonstrado aqui como pessoas do grupo a partir dos 15 anos que não sabem ler a ponto de compreender o que está escrito, não conseguem escrever com sentido lógico e apresentam deficiências no uso das novas tecnologias. Identificamos vários tipos de analfabetismo: O analfabetismo absoluto ou total o qual o indivíduo recebeu pouca ou nenhuma orientação para ler e escrever. A maioria não consegue nem mesmo assinar o próprio nome; o iletrismo: não há compreensão do que lê, geralmente ligado a um ensino com defasagem na escola. No Brasil, a falta de incentivo aos sistemas educacionais é um dos causadores do iletrismo. O analfabetismo funcional: o indivíduo consegue ler e escrever frases curtas, mas não compreende seu significado, sabe decodificar os símbolos, mas não o que eles querem dizer. O analfabetismo tecnológico: o indivíduo não possui informações necessárias para operar computadores, celulares, aparelhos eletrônicos e outras ferramentas tecnológicas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 e divulgada em setembro de 2013, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país. Cf. Google (s. d.) e G1 (2014).

<sup>5</sup> Efetividade: Refere-se à relação entre objetivos e metas, de um lado, e impactos e efeitos, de outro. Ou seja, a efetividade de um programa se mede pelas quantidades de níveis de qualidades e níveis de qualidade com que se realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide. Logo, a efetividade significa as quantidades e/ou níveis de qualidade com que o programa atinge os impactos esperados e promove os efeitos, previsíveis ou não (BARREIRA; CARVALHO, 2001).

<sup>6</sup> Neomarxismo ou marxismo ocidental o conjunto das correntes nascidas nos anos vinte do século XX, em torno das teses de Lukacs, Ernst Bloch, Karl Korsch e Antonio Gramsci. Toma-se como ponto de partida o ano de 1923, quando é publicada a obra de Lukacs, *História e Consciência de Classe*, bem como a de Korsch, *Marxismo e Filosofia*. Quase todos os neomarxistas têm origem esquerdista e aceitam o essencial do leninismo político. Rejeitam, contudo, a variante determinista do marxismo assumida pela II Internacional, nomeadamente o materialismo dialético. Segundo Luis Gonzaga Mattos Monteiro, o neomarxismo se apresenta como campo das teorias do indivíduo e da subjetividade, consistindo em um resgate e crítica de Marx, gerando novas construções teóricas (MONTEIRO, 1995).

<sup>7</sup> Teoria Instrumentalista: Para esta teoria as notícias servem como instrumento para se chegar a determinados interesses. Parte de um paradigma de estudos da parcialidade, cujo objetivo é verificar ou não a existência de distorções nos textos noticiosos. Há duas versões dessa teoria: “Esquerda”: As notícias servem como instrumento para manter a ordem capitalista. Aqui os teóricos “esquerdistas” defendem uma ideia de que as notícias são produzidas para sustentar socialmente a ideia de um mundo capitalista. Falam muito em teorias relacionadas à manipulação da visão que temos de “realidade” e acusam a mídia de agir de maneira parcial, ou seja, a favor dos interesses capitalistas, de consumo. “Direita”: As notícias são utilizadas para questionar o sistema. Os teóricos “direitistas” (que em sua maioria defendem o sistema capitalista como natural) se defendem dizendo que as notícias não estão a serviço do sistema capitalista, mas sim na contramão desse sistema, questionando-o.

<sup>8</sup> Autonomia imersa ou autonomia relativa, segundo o qual, para que as agências governamentais ganhem eficácia e sejam capazes de realizar transformações, devem estar imersas em uma densa rede de relações sociais que as vinculam aos seus aliados na sociedade a partir de objetivos de mudança. Para Peter Evans esta seria a forma de assegurar a democracia, evitando que a burocracia venha a se tornar governo, em substituição aos políticos.

## Referências bibliográficas

- AMBROSINI, T. F. **Educação e emancipação humana**: uma fundamentação filosófica. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/thaumazein>>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. de Carmen C. Varriale et al. Coord. de João Ferreira. Rev. geral de João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2014.
- CASTRO, M. **Relações de poder na escola pública de Ensino Fundamental**: uma Radiografia à luz de Weber e Bourdieu. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- G1. **Brasil é o 8º país com maior número de analfabetos adultos, diz Unesco**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html>>. Acesso em: 02 mar. 2014.
- GOOGLE. **Analfabetismo**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/oproblemaoanalfabeto/4-tipos-de-analfabetismo>>. Acesso em: 02 mar. 2014.
- HOBBSBAMM, E. J. (Org.). **História do Marxismo I**: o marxismo no tempo de Marx. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, a. XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- LOPES, P. C. **Educação, Sociologia da Educação e Teorias Sociológicas Clássicas**: Marx, Durkheim e Weber, 2012.
- MARX, K. **A miséria da Filosofia**. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A questão judaica**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1991.
- MONTEIRO, L. G. M. **Neomarxismo**: indivíduo e subjetividade. São Paulo: EDUC; Florianópolis: EDUFSC, 1995.
- RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas**. Brasília: Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas (IGEPP), 2013.
- WEBER, M. O nascimento do Estado racional: o Estado racional como grupo de dominação institucional com o monopólio da violência legítima. In: \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 1999. V. 2.
- \_\_\_\_\_. Três tipos de dominação. In: \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 1991. V. 1.
- \_\_\_\_\_. **Ciência e Política**: duas vocações. Trad. de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.